



AGRICULTURA URBANA: possibilidades de uma *praxis* espacial?

Heloisa Soares de Moura Costa¹ & Daniela Adil Oliveira de Almeida²

1. INTRODUÇÃO

Este texto explora possíveis contribuições das práticas agrícolas urbanas como uma *praxis* espacial; as perspectivas de transformação da realidade, de enfrentamento da crise urbana e de formulação de políticas públicas que articulem questões urbanas e ambientais no contexto brasileiro. Para esta aproximação, parte-se de um referencial conceitual lastreado no conceito de produção e apropriação do espaço, de inspiração lefebvriana (Lefebvre, 1999; 1993), ao qual se articulam concepções de planejamento e regulação urbano-ambientais que oscilam entre preceitos originários da chamada economia política da urbanização, em especial associados à noção de reforma urbana, e aqueles que estimulam formas de apropriação do espaço e de práticas da vida cotidiana iluminadas por estratégias coletivas e iniciativas participativas.

Neste sentido, identificar, reconhecer, incentivar e aprender com práticas agrícolas na cidade corresponde a uma das formas de pensar a cidade a partir da cultura e de saberes em relação à terra que requerem maior visibilidade. Trata-se de resgatar o valor de uso dos espaços, num contexto de produção do espaço regido pelo valor de troca e pela generalização das relações mercantis. O ensaio busca contribuir para trazer um certo encantamento para o debate das políticas e práticas urbanas centradas na ampliação da noção de função social da propriedade

¹ Heloisa Soares de Moura Costa é professora da UFMG.

² Daniela Adil Oliveira de Almeida é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências da UFMG.

de forma a abranger também as práticas agrícolas, as áreas verdes e vegetadas, públicas, privadas e de uso comum de forma geral.

Referenciada na economia política da urbanização, a matriz da reforma urbana que vem respaldando as políticas urbanas e o planejamento contemporâneos, tem como pilares os conceitos de direito à cidade e de função social da terra, este último impropriamente formulado como função social da propriedade. Nesta concepção, os vazios urbanos e áreas não construídas em geral são tidos como improdutivos e devem ser combatidos, ou seja, as políticas e propostas devem estimular que tais áreas sejam usadas prioritariamente, como forma de potencializar o aproveitamento dos investimentos já realizados, inclusive a infra-estrutura já instalada por meio de investimentos públicos, evitando assim, entre outros aspectos, a extensão progressiva do tecido urbano e, com ela, os espaços de apropriação da renda fundiária urbana e dos processos especulativos alimentadores da valorização imobiliária/fundiária, logo de renovadas formas de desigualdade sócio-espacial. Mais recentemente, a incorporação de um olhar ambiental às análises e ao planejamento urbanos vem alterar tal visão, não só atribuindo funções ambientais aos espaços não-construídos – permeabilidade do solo, áreas de uso comum, controle de densidades, etc. – como também incorporando ao planejamento e às políticas públicas valores e parâmetros associados à noção de sustentabilidade das cidades. Na mesma direção, cabe apontar a emergência de abordagens que buscam compreender a reprodução social a partir das práticas cotidianas. Assim, a partir de questões como a produção, acesso ou preparo dos alimentos, é possível recriar as cadeias de relações entre produção, apropriação e consumo do espaço nas cidades.

Ainda que encantadora, tal perspectiva é apenas sugerida neste momento, uma vez que a ênfase recai sobre algumas reflexões sobre um conjunto de experiências de agricultura urbana e agroecologia identificadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Entre estas, foram privilegiadas aquelas vinculadas à Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana – AMAU. São destacados aspectos como os agentes e saberes relacionados à prática agrícola; os espaços utilizados; as múltiplas funções do uso agrícola do solo metropolitano; as tendências ou possibilidades futuras que estas experiências apontam, assim como os desafios para sua consolidação e ampliação.

Do ponto de vista do processo de urbanização, privilegia-se um olhar a partir da periferia, aqui entendida tanto como a manifestação espacial da

urbanização numa inserção periférica ao sistema capitalista, quanto como o processo de produção da periferia metropolitana contemporânea, pobre e rica, articulando dialeticamente territórios populares e formas elitizadas de parcelamento do solo na forma do que se convencionou chamar de condomínios. Em termos territoriais, assiste-se principalmente nas regiões metropolitanas, a um inegável processo de homogeneização na produção do espaço, com crescente comprometimento das áreas periféricas com o parcelamento do solo para uso urbano, elevando substancialmente o preço da terra e ameaçando as possibilidades de sobrevivência de atividades agrícolas, de pequena produção tradicional, do artesanato, enfim de práticas e processos associados à economia popular. Simultaneamente há um conjunto significativo de lotes e imóveis vagos neste tecido urbano estendido, que tanto pode ser visto como um problema, uma distorção do processo de produção do espaço, como pode ser visto como uma potencialidade para eventuais usos cultural e ambientalmente mais associados à reprodução da população.

Neste amplo tecido urbano, há pontos também de resistência, de permanências – sítios, quilombos, espaços de produção agrícola, etc... Há também o (res)surgimento de práticas tidas como tradicionais, mas que podem se articular com formas mais contemporâneas de ocupação do espaço. As áreas e práticas de agricultura urbana são um contundente exemplo destas possibilidades, como se argumenta a seguir, só não são mais eloquentes pois para sobreviver tem que enfrentar entraves e resistências associados a uma inserção subalterna, periférica mesmo à economia urbana. Apesar disto o ensaio busca reforçar que as práticas agrícolas, ao serem visibilizadas e traduzidas, possibilitam uma forma de apropriação da cidade que reforça e subverte o sentido excessivamente economicista da função social da propriedade, permitindo ir além ... rumo ao direito à cidade.

3

2. AGRICULTURA URBANA: exercitando a tradução

Boaventura de Sousa Santos argumenta que as ciências sociais estão passando por uma crise geral, associada às influências da concepção ocidental de racionalidade, denominada pelo autor de razão indolente (SANTOS, 2007, p.25), que manifesta-se, entre outras formas, “no modo como resiste à mudança das rotinas, e como transforma interesses hegemônicos em conhecimentos

verdadeiros” (SANTOS, 2008, p.97), no conceito de totalidade e na concepção de que a história tem um sentido e uma direção. Uma ideia central no pensamento de Santos é que a experiência social no mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante e por isso há um desperdício da riqueza social que está em curso no mundo de hoje. Nestes marcos, as ciências sociais devem ser reinventadas e são parte do problema e não da solução, uma vez que contribuem para esconder ou desacreditar as alternativas. “Há produção de não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de modo irreversível. O que une as diferentes lógicas de produção de não existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional” (SANTOS, 2008, p. 102).

Santos propõe um outro modelo de racionalidade, designado como razão cosmopolita, que se fundamenta em três procedimentos meta-sociológicos nos quais a expansão do presente (sociologia das ausências) e a contração do futuro (sociologia das emergências) criam o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje e evitar o desperdício da experiência. “Cada uma à sua maneira contribuem para desacelerar o presente, dando-lhe um conteúdo mais denso e substantivo do que o instante fugaz entre o passado e o futuro” (SANTOS, 2008, p.120).

A sociologia das ausências investiga o que é ativamente produzido como não existente e está disponível aqui e agora, ainda que silenciado, marginalizado ou desqualificado. Amplia o presente ao expandir as experiências sociais já disponíveis pela via da ecologia dos saberes, dos tempos, das experiências sociais possíveis. A sociologia das emergências investiga as alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Contraí o futuro ao torná-lo escasso, objeto de gestão e cuidado dos indivíduos e expande o domínio das experiências sociais possíveis por via da amplificação simbólica, da “atenção excessiva” às tendências ou possibilidades futuras de determinados saberes, práticas e agentes. Faz com que o futuro se transforme num fator de ampliação do presente, já que é no presente que se cuida do futuro.

Como esta imensa diversidade de experiências não pode ser explicada adequadamente por uma teoria geral, é proposto o trabalho de tradução, um procedimento capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade. Segundo Santos (2008,

p.129), “a tradução é, simultaneamente, um trabalho intelectual e um trabalho político. E é também um trabalho emocional porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática”.

A carência de conhecimentos sobre a relação entre a agricultura e a cidade observada na literatura que trata das abordagens contemporâneas sobre as transformações sócio-espaciais no contexto brasileiro indica um desconhecimento e um desperdício da riqueza acumulada nos saberes, práticas e agentes da agricultura urbana e contribui para que estas experiências sejam consideradas muito frágeis, localizadas ou irrelevantes.

As práticas agrícolas urbanas são experiências disponíveis aqui e agora e a amplificação simbólica das tendências e possibilidades que apontam pode contribuir para ampliar o campo das alternativas possíveis para a politização da vida cotidiana, para o enfrentamento da crise urbana e para a formulação de políticas públicas que articulem questões urbanas e ambientais em regiões metropolitanas.

Este ensaio pretende contribuir para uma maior interlocução entre o trabalho intelectual e político e para o necessário exercício da tradução entre os saberes e práticas exercidos por diferentes grupos sociais envolvidos com a agricultura urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e as formulações teóricas sobre a produção do espaço e as concepções contemporâneas das políticas urbanas e ambientais.

5

3. AGENTES, SABERES E PRÁTICAS de agricultura urbana

Em que pese a carência de abordagens contemporâneas sobre as práticas agrícolas urbanas no contexto brasileiro e a necessidade de tradução entre as práticas e elaborações teóricas nos termos propostos acima, observa-se atualmente um interesse crescente pela temática da agricultura urbana. Este interesse se expressa na realização de eventos e espaços de debate e formulação de políticas, especificamente voltados para esta temática, promovidos por organizações sociais, universidades e diferentes setores de governo.

No âmbito internacional, a temática da agricultura urbana ganha maior expressão no ano de 1996, com a divulgação do relatório “Urban Agriculture,

Food, Jobs and Sustainable Cities” durante a realização da II Conferência Mundial sobre os Assentamentos Humanos - HABITAT II, em Istambul. Atualmente a agricultura urbana faz parte da agenda de organizações internacionais como a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) e a RUAF Foudation (Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security) que tem apoiado especialmente a documentação de experiências e a produção de informações sobre o tema.

Não existe uma referência universalmente acordada sobre o conceito da agricultura urbana (SANTANDREU; LOVO, 2007). No Brasil, uma formulação conceitual bastante conhecida se encontra no documento resultante de uma pesquisa realizada em 11 regiões metropolitanas brasileiras, em 2007, coordenada pela organização REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Belo Horizonte/MG) e pelo Instituto IPES - Promoção do Desenvolvimento Sustentável (Lima/Peru):

a agricultura urbana é conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados para o auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re)aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes, etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades. Essas atividades devem pautar-se pelo respeito aos saberes e conhecimentos locais, pela promoção da equidade de gênero através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos promovendo a gestão urbana social e ambiental das cidades, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população urbana e para a sustentabilidade das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007, p.13, tradução nossa).

A construção do conceito, entretanto, permanece em aberto, refletindo uma disputa por significado que pode estar relacionada a diferentes utopias de cidade, podendo tanto corroborar concepções de cidades democráticas e cooperativas, que reconhece interesses historicamente invisibilizados nas cidades, como representar mais um discurso que oferece respostas consensuais aos problemas urbanos e favorece a imagem de administrações públicas orientadas por um modelo empresarial de gestão da cidade (ALMEIDA, 2011; COUTINHO; COSTA, 2011). Ainda que o conceito ainda se encontre em construção, o termo agricultura urbana tem sido utilizado de forma generalizada com diferentes enfoques e interesses que

estão relacionados à pluralidade das iniciativas de AU realizadas por diferentes atores.

Na RMBH, são diversas as manifestações das práticas agrícolas, desde o âmbito doméstico e as iniciativas comunitárias em vilas e favelas, até unidades familiares e empreendimentos comerciais que abastecem mercados com produtos agropecuários. São experiências que propiciam um outro olhar sobre o uso do solo urbano e metropolitano, sobre a relação entre espaços construídos e espaços naturais, entre espaços públicos (ou de uso público) e espaços privados dentro e no entorno das cidades. Estas práticas cotidianas e experiências cultivadas nos diferentes espaços urbanos na maior parte das vezes não se encontram organizadas formalmente, mas vale destacar a importância de algumas iniciativas apoiadas ou promovidas por movimentos sociais, universidades e ONGs, como a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE)³ e o Grupo Aroeira – Ambiente, Sociedade e Cultura (UFMG)⁴ que contribuem para dar visibilidade e potencializar estes saberes e práticas (ALMEIDA, 2007; COUTINHO, 2010; COUTINHO; COSTA, 2011).

Observa-se que há uma certa trajetória de formulação e implantação de políticas públicas nas três esferas de governo para incentivar a prática da agricultura urbana, ainda que até o momento se mostrem insuficientes em termos

7

³ A Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE) é uma organização não governamental criada em 1986, que atualmente promove a agroecologia em comunidades rurais do Leste de Minas, em comunidades urbanas de Belo Horizonte e de alguns municípios da região metropolitana. Desde 1995 desenvolve ações relacionadas à agricultura urbana por meio do apoio técnico e sistematização de experiências agroecológicas e de produção em espaços urbanos; organização de grupos de base; formação de jovens e adultos; realização de encontros e seminários; além da atuação em redes, fóruns e espaços nacionais e internacionais para a articulação política de organizações e movimentos sociais e a incidência em políticas públicas em diferentes âmbitos.

⁴ O Grupo Aroeira – Ambiente, Sociedade e Cultura (UFMG), criado em 2006, é formado por graduandos, graduados, mestrandos, mestres e doutorandos de diversos cursos da UFMG, com experiências interdisciplinares na área socioambiental e envolvidos com outros grupos e movimentos populares. A temática da agricultura urbana é um eixo norteador das ações de extensão e pesquisas do Grupo, que tem o objetivo de levantar, discutir e realizar ações na área socioambiental, contribuindo para o diálogo entre a Universidade e a sociedade. O grupo destaca a importância acadêmica e social da agricultura urbana e a pouca tradição de estudos do tema na UFMG.

de criar condições para a manutenção destas práticas. No plano federal, a formulação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana - PNAUP - é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS - desde 2007. Em Minas Gerais, são exemplos a aprovação da Lei 15.973/2006 e regulamentação (Decreto 44.720/2008), que dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana – PEAU - e a criação da Coordenadoria de Agricultura Urbana vinculada à Sub-Secretaria de Agricultura Familiar do Governo do Estado em 2011. No âmbito municipal, destacam-se a implantação dos Centros de Vivência Agroecológica – CEVAEs - em Belo Horizonte, desde 1995 e o Centro Municipal de Agricultura Urbana e Familiar – CMAUF - em Contagem, desde 2010. Diretrizes para a elaboração de políticas de agricultura urbana foram incorporadas na elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH), finalizado em 2010 (ALMEIDA, 2007; ALMEIDA, 2011; BARBOSA, 2002; UFMG, 2011).

Neste cenário em que se observa a ocorrência de práticas espontâneas e o desenvolvimento de ações institucionais, encontra-se também em curso na RMBH a constituição de um movimento social em torno da temática da agricultura urbana, que tem como um dos espaços de referência a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana – AMAU, criada em 2004. Participam desta articulação organizações da sociedade civil, como associações comunitárias; ONGs, pastorais sociais, movimento feminista, de luta pela terra e por moradia; coletivos de permacultura e alimentação saudável; empreendimentos de economia solidária e grupos comunitários informais, além de estudantes e pessoas interessadas na temática. A apropriação conceitual da agricultura urbana na AMAU dialoga com a formulação mencionada acima, mas é ampliada, revista e questionada a partir da interação permanente entre os diferentes atores envolvidos e da inserção política de cada organização participante. As bases teóricas e metodológicas da agroecologia (compreendida como um modelo de produção agrícola que incorpora um viés ambiental e social e também como um enfoque científico que busca estabelecer novas bases para um novo modelo de desenvolvimento rural), além das inúmeras experiências em andamento no Brasil são contribuições importantes nesta construção.

A dinâmica da AMAU revela dimensões pouco conhecidas das práticas agrícolas urbanas e possibilidades de convergência e alianças estratégicas entre organizações do campo e da cidade que buscam a transformação social e o fortalecimento da organização popular e da ação política a partir da articulação

entre ações cotidianas (ALMEIDA; 2011). As iniciativas vinculadas à AMAU apontam que as práticas agropecuárias são uma realidade na RMBH. São exemplos da diversidade de atividades de produção (produção e beneficiamento de hortaliças, verduras e grãos, a criação de animais de pequeno, médio e grande porte, e a produção, extrativismo e beneficiamento de plantas medicinais, dentre outras) e comercialização (pontos de venda locais, redes de produção e consumo, mercados institucionais, dentre outras) e da pluralidade de espaços onde ocorrem estas atividades. A produção agrícola dentro das cidades acontece em espaços privados familiares, institucionais e em espaços públicos. Nas zonas rurais dos municípios metropolitanos a produção é observada em assentamentos da reforma agrária, propriedades de agricultores/as familiares, comunidades quilombolas, terreiros, dentre outras situações. (SANTANDREU; LOVO, 2007; PBH, 2008).

A variedade de espaços e atividades remete a uma diversidade de identidades e sujeitos que se dedicam às práticas agrícolas na RMBH, embora, em muitos casos a agricultura não seja sua principal ocupação ou fonte de renda.

As experiências de agricultura urbana envolvem uma riqueza de saberes que podem estar relacionados à origem rural destes sujeitos, mas que também são recriados a partir da participação em cursos e do acesso a informações em revistas, livros, programas de televisão e rádio e, mais recentemente, na internet. Os saberes ligados à vivência rural anterior podem estar relacionados a dinâmicas de transmissão de conhecimentos da agricultura familiar ou camponesa onde se aprendia com os pais, mães ou avós o cultivo de roças e dos quintais, os cuidados na criação de animais, a identificação de plantas medicinais nativas e o uso de remédios caseiros. Outros relatos revelam a influência do modelo da revolução verde ou do agronegócio, em que as técnicas de produção e a relação com os recursos naturais são mediadas pela assistência técnica oficial e pelo uso de insumos externos.

Além da inegável presença de migrantes rurais e agricultores familiares em Belo Horizonte, é comum observar que a cada dia mais pessoas de diferentes idades e classes sociais, mesmo sem uma vivência anterior no campo, começam a se dedicar ao cultivo de alimentos, plantas medicinais e ornamentais como uma opção de vida mais saudável na cidade.

Na trajetória da AMAU observa-se a incorporação crescente de sujeitos e organizações sociais que tem em comum o envolvimento com as práticas agrícolas no contexto metropolitano e a inserção em dinâmicas comunitárias ou

movimentos sociais. Entre 2010 e 2012 mais de 30 organizações⁵ participaram dos encontros e atividades realizadas pela AMAU⁶, nos quais se observa uma intensa troca de saberes, resultantes da praxis de cada participante e uma disposição para conviver com a diferença, esclarecer o que une e o que separa cada organização e definir possíveis alianças.

Os encontros e atividades de formação combinam visitas aos locais das experiências, exposições teóricas, informes sobre ações dos movimentos sociais e sobre políticas públicas, buscando colocar as práticas, saberes e agentes da agricultura urbana no centro do debate e confrontá-los com o atual modelo de desenvolvimento. As reflexões envolvem a compreensão do processo de urbanização, da lógica de produção do espaço urbano e das relações contemporâneas entre campo e cidade. A multifuncionalidade das práticas da agricultura urbana permite ainda articular temas transversais como a relação estreita entre os sistemas de agricultura, alimentação e saúde e a imposição de valores e padrões de consumo que limitam o acesso da população urbana de baixa renda à alimentação e saúde de qualidade.

Assim, assentados da reforma agrária se surpreendem com a solidariedade das/os moradores/as e a biodiversidade encontrada em pequenos quintais das vilas

10

⁵ Grupos comunitários (16): Semear e Colher, Grupo Comunitário Agricultura Urbana e Segurança Alimentar - CAUSA, Millefolium, Nossa Horta, Terra Nossa, Uma esperança que brota, Horta Comunitária Vila Santana do Cafezal, ITAI, Grupo de Agricultura Urbana do Capitão Eduardo, Jardim produtivo, Semear/Ervanário, Farmácias Paulo VI, Quilombo Urbano, Quintais Baixo Onça, Beira Linha; Fruto da União. Associações comunitárias (03): COMUPRA – Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu, ASPHAV - Ass. Com. Vale do Jatobá, ASOSC – Ass. Com. Cardoso; Pastorais e movimentos sociais (07): Brigadas populares, Marcha Mundial das Mulheres, MST – Movimento Sem Terra, MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, Vicariato, CARITAS, Ocupação Dandara; ONGs (06): REDE, Bionúcleo, Kairós, EcoVida São Miguel, CEPI - Centro de Estudos, Pesquisa e Investigação de Ribeirão das Neves, CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva; Redes e coletivos (05): Rede Terra Viva, Grupo Aroeira, Grupo Alimento Vivo, RECID – Rede de Educação Cidadã, AMA – Articulação Mineira de Agroecologia.

⁶ Entre fevereiro de 2010 e setembro de 2012 foram realizados 16 encontros da AMAU, com uma média de 35 participantes em cada. No mesmo período, várias ações foram realizadas, como mutirões, oficinas, intercâmbios, participação em eventos e cursos de formação que abordaram dimensões políticas, metodológicas e tecnológicas da agricultura urbana e chegaram a envolver mais de 300 participantes de aproximadamente 08 municípios da RMBH.

e favelas, que por sua vez, passam a admirar e reconhecer as formas de organização e conquistas dos movimentos de luta pela terra. Grupos de consumidoras/es de alimentos saudáveis identificam a potencialidade de ampliação da produção agrícola na região metropolitana, enquanto agricultores/as familiares percebem que existem alternativas de mercados e relações diretas com consumidores. Lideranças de movimentos de luta por moradia se sensibilizam com testemunhos de vida que atestam a relevância da relação cotidiana com terra para a manutenção da saúde e bem estar na cidade, ao mesmo tempo em que contribuem para politizar o debate sobre a função social da propriedade. Estudantes e professoras/es universitários reconhecem novas conexões entre pesquisa e extensão. As contribuições do chamado “campo agroecológico”, ainda muito restritas a debates ligados ao desenvolvimento rural e à questão agrária, são resignificadas para os contextos urbanos, aportando tecnologias apropriadas para o uso “sustentável” do solo urbano e dos recursos naturais e ampliando a leitura crítica dos padrões atuais de produção e consumo de alimentos.

A constatação de que a maioria das experiências de agricultura urbana tem em comum uma presença marcante das mulheres, traz o risco de reforçar os papéis de gênero socialmente construídos que atribuem às mulheres o trabalho doméstico relacionado à alimentação e saúde da família e o trabalho de cuidados (na vida comunitária, na proteção da natureza...). Este fato também tem sido objeto de reflexão nos debates no âmbito da AMAU, e gerado propostas que visam a socialização do trabalho doméstico (na família, na comunidade, por meio da ampliação de equipamentos públicos de educação e saúde); a visibilidade e qualificação das experiências de agricultura urbana protagonizadas pelas mulheres (sistematização de experiências, materiais de divulgação, cursos de capacitação, formação de lideranças, etc) e para uma maior autonomia financeira (cursos de gestão, inserção em redes de produção e consumo, remuneração de educadoras comunitárias, etc).

A dinâmica da AMAU permite aumentar o campo das experiências que são hoje possíveis e disponíveis e pode ser considerada como um possível “exercício de tradução”, nos termos propostos por Santos (2008) uma vez que tem proporcionado uma oportunidade de criar um entendimento mútuo entre diferentes experiências, sem destruir a identidade de cada uma delas. Este processo resultou,

no final de 2011, na elaboração de uma pauta política⁷ que expressa uma convergência possível entre organizações do campo e da cidade e indica novas possibilidades de ampliar um trabalho intelectual e político por meio da interlocução com outras organizações e movimentos sociais e pesquisadores comprometidos com as questões urbanas na RMBH.



Caminhada de identificação de plantas na Mata da Baleia Belo Horizonte, 2009
(Foto arquivo Rede de Intercâmbio)



Encontro da AMAU na horta comunitária Frutos da União Belo Horizonte, 2012
(Foto arquivo Rede de Intercâmbio)

⁷ A pauta política da AMAU apresenta ao mesmo tempo os desafios e propostas para o fortalecimento da agroecologia na RMBH; orientam a organização interna da AMAU e apontam canais de diálogo com outros movimentos, fóruns e redes da sociedade civil; setores de governo: 1) acesso à terra; 2) acesso aos recursos naturais (água e biodiversidade); 3) assessoria técnica com enfoque agroecológico, popular e de gênero; 4) organização de base e auto-organização das mulheres; 5) formação política e capacitação técnica; 6) fomento para ampliação da produção agroecológica; 7) apoio ao escoamento e comercialização da produção; 8) apoio a disseminação e consolidação das experiências, considerando as múltiplas funções da agricultura urbana; 9) apoio a iniciativas de comunicação popular; e 10) realização de pesquisas sobre a agricultura urbana e agroecologia na região.



Quintal na Ocupação Dandara
Belo Horizonte, 2011
(Foto arquivo Rede de Intercâmbio)



Encontro da AMAU na horta comunitária da
Vila Cafezal
Belo Horizonte, 2011
(Foto arquivo Rede de Intercâmbio)



Jardim Produtivo, Barreiro
Belo Horizonte, 2011
(Foto Cassandra Pereira)



Feira Terra Viva, UFMG
Belo Horizonte, 2011
(Foto arquivo Rede de Intercâmbio)

4. ENCANTANDO O URBANO E TRANSFORMANDO O OLHAR do planejamento e da análise urbana.

No contexto atual se observa um conflito de paradigmas no qual parecem prevalecer tendências homogeneizantes de urbanização e faltar alternativas a modos de vida mais sustentáveis em regiões metropolitanas. A aproximação de

campos do conhecimento que normalmente não dialogam, como o campo agroecológico e o campo das práticas e estudos urbanos pode contribuir para ampliar a compreensão sobre os limites e potencialidades das práticas agrícolas urbanas. Da mesma forma pode contribuir para maior precisão conceitual sobre o que seja o urbano, o periurbano ou o rural, bem como para uma identificação mais precisa de quem são os agricultoras/es urbanas/os no contexto brasileiro.

A reflexão crítica sobre as práticas e o uso agrícola do solo urbano passa por compreender as transformações em curso no espaço urbano e as tendências que alguns estudos urbanos contemporâneos apontam (Monte-Mór, 1994; Costa; Costa, 2005). A incorporação de formulações conceituais originárias do campo ambiental nesta aproximação também se mostra relevante, uma vez que muitas práticas de agricultura urbana explicitam a associação imbrincada entre questões urbanas e questões ambientais.

Para que sejam avaliadas as potencialidades que as práticas agrícolas urbanas representam é preciso ultrapassar tanto a cultura anti-urbana ainda prevalente no campo ambiental, como a concepção de que as atividades agrícolas nas cidades são meros resquícios de atividades rurais em vias de serem destruídas pelo avanço do tecido urbano e considerar que estas práticas são e devem ser parte do espaço urbano. Isto requer uma mudança cultural e epistemológica mais abrangente, tanto nas formas de análise dos resultados das pesquisas nestas áreas, quanto no arcabouço teórico-conceitual disponível para lidar com elas. Pesquisas recentes com assentados da reforma agrária na RMBH mostraram que as famílias tem múltiplas inserções no universo do trabalho, tanto aqueles tidos como rurais – agrícolas – como urbanos, fundamentais como estratégias complementares de sobrevivência na cidade (Silva, 2005).

O conceito de espaço-tempo diferencial Lefebvriano provoca a interrogação sobre quais seriam as práticas espaciais que nascem do espaço abstrato ou são atravessadas por ele e carregam a possibilidade de conduzir à mudança social, frente à incapacidade do Estado e do capital manterem as contradições do espaço por eles mesmos produzidas.

Seriam estes espaços agrícolas metropolitanos espaços diferenciais que são atravessados ou nascem a partir das contradições do espaço abstrato? Espaços de representação que tentam modificar e apropriar o espaço dominado? A agricultura urbana é uma alternativa de transformação da vida cotidiana e, conseqüentemente, de alteração das bases sobre as quais se estrutura o modo de produção capitalista?

Em que medida transformações na produção do espaço podem contribuir na construção de novas relações sociais e mesmo se o uso agrícola do solo metropolitano pode representar uma forma de produção não capitalista do espaço?

A politização das experiências de agricultura urbana (como prática coletiva, centrada no valor de uso, num cotidiano não dirigido, que nasce de um espaço vivenciado) pode representar uma alternativa de transformação da vida cotidiana e de alteração das bases sobre as quais se estrutura o modo de produção capitalista?

Certamente existem inúmeras questões a serem tratadas na complexa realidade das regiões metropolitanas, mas deveriam ser melhor avaliadas e estudadas as possibilidades destas práticas como um aspecto relevante para a questão ambiental contemporânea e como uma mediação entre o nível micro, ligado a aspectos da vida cotidiana como padrões de consumo de alimentos, modos de vida saudáveis, e o âmbito das grandes questões urbanas, como o abastecimento de alimentos, a habitação e o saneamento básico.

Numa abordagem que busca superar visões estereotipadas e dualistas das relações campo e cidade, espaço natural e construído, Monte-Mór (1994) levanta uma reflexão sobre a dimensão urbana e metropolitana da questão ambiental, orientada pelo conceito da urbanização extensiva. Analisando a dinâmica contemporânea da organização do espaço social e o processo de urbanização nas cidades brasileiras, o conceito de urbanização extensiva é formulado por Monte-Mór (idem) para ressaltar o avanço do tecido urbano sobre o espaço rural e regional, para além dos limites das cidades e uma espacialidade resultante da extensão das condições gerais de produção (e de consumo) urbano-industriais para periferias próximas e distantes, mas que também carrega a possibilidade de organização política própria da cidade e outras formas de cidadania.

Monte-Mór considera o urbano no mundo contemporâneo como uma síntese da dicotomia cidade-campo. Nesta perspectiva, os limites e as características entre o campo e a cidade estão cada dia mais difusos e integrados, mas “se o consumo urbano-industrial atingiu os rincões mais distantes, grandes áreas metropolitanas contêm ruralidades, resquícios de vida campestre, formas outrora arcaicas e hoje revalorizadas e reconhecidas como alternativas para a vida contemporânea” (MONTE-MÓR, 2005, p.444).

O autor aborda a visão difundida das cidades e das metrópoles como foco dos problemas ambientais ou como espaços mortos do ponto de vista ecológico, e

a falta de percepção das virtualidades integradoras da natureza e do hábitat e diferentes possibilidades de diversidade cultural e biológica nos contextos metropolitanos. Ele ainda destaca que apesar do crescente debate sobre a importância da qualidade de vida, pouca atenção tem sido dada sobre sua relação com o resgate do valor de uso do espaço urbano e sentido social da propriedade e com possíveis efeitos da manutenção de manchas de espaço natural e biodiversidade (MONTE-MÓR, 1994).

Situando a questão ambiental como uma questão central da relação cidade-campo e das possibilidades de aprimoramento das formas de ocupação e produção do espaço social, Monte-Mór sugere que “à urbanização extensiva é necessário corresponder uma naturalização extensiva, tanto para enfrentar problemas urbanos e ambientais ao nível micro, da vida cotidiana, quanto para enfrentar questões globais da crise ambiental e societal” (1994, p.178).

5. CONSIDERAÇÕES finais

A análise teórica das relações contemporâneas entre a agricultura e a produção do espaço urbano é ainda limitada. Contrapondo a riqueza de experiências vinculadas à AMAU observa-se uma carência de conhecimentos sobre as relações contemporâneas entre as práticas agrícolas e a produção do espaço urbano. Ainda que a definição conceitual e dos limites do que seja campo ou cidade na atualidade seja difusa e difícil, esta dicotomia ainda se expressa fortemente na academia, nas políticas públicas e nas lutas dos movimentos sociais e aparece de forma acirrada entre estudiosos da questão agrária, que “parecem não ter sido capazes de perceber as grandes transformações do campo no Brasil”, e estudiosos da questão metropolitana e urbana, que “muitas vezes não puderam transcender os limites dos perímetros urbanos para perceber o processo de urbanização na sua dimensão regional e mesmo nacional, ficando restritos às problemáticas locais” (MONTE-MÓR, 2006, p.77). Assim, se de um lado estudos sobre a questão agrária não priorizam a agricultura nas cidades, por outro, a atividade agrícola não é tema de estudos urbanos.

A pluralidade das experiências já identificadas no campo da agricultura urbana indica a existência de uma diversidade de agentes, saberes e espaços relacionados à prática agrícola na RMBH, que revelam modos de vida contemporâneos que não se enquadram inteiramente nas abordagens dicotômicas

das relações campo cidade e possibilidades de alianças estratégicas entre organizações do campo e da cidade que buscam fortalecer a organização popular e a luta por transformações sociais. A manutenção dos saberes acumulados por estas comunidades ao longo de gerações são propiciadas por suas relações com os remanescentes de vegetação nativa, com a biodiversidade e os recursos hídricos que ainda persistem na região, hoje integrados e, portanto parte do espaço urbano.

A trajetória da AMAU resultou na construção de uma agenda política e uma pauta de reivindicações que orientam o diálogo com outros movimentos, fóruns e redes da sociedade civil e apresentam propostas concretas para a formulação e implementação de políticas públicas intersetoriais que se direcionam a diferentes setores das três esferas federativas e demandam um canal de participação direto e efetivo com a sociedade civil para o monitoramento destas políticas. Esta pauta política evidencia a relação das práticas agrícolas urbanas com outras temáticas como saúde coletiva/plantas medicinais, soberania e segurança alimentar, feminismo, economia popular e solidária, reforma agrária e reforma urbana.

Na perspectiva da urbanização extensiva, a contradição cidade-campo tende a se dissolver e a se combinar no urbano, “ao campo se impõe outra contradição, desta vez entre a urbanização, que privilegia as questões ligadas à reprodução da vida e à lógica imposta pelo espaço social, produzido, gerido e apropriado acima de tudo como valor de uso coletivo; e a industrialização, que privilegia as questões da produção e a lógica imposta pelo espaço abstrato ou econômico, sob o domínio da acumulação e do valor de troca” (MONTE-MÓR, 2006, p.76). Espera-se que este enfoque permita inscrever as experiências agrícolas urbanas como possibilidades de práxis espacial no “urbano contemporâneo”, da “sociedade urbana” real e virtual formulada por Lefebvre (1999). Para tanto, como já mencionado, cabe ultrapassar a concepção de que as atividades agrícolas em regiões metropolitanas são apenas “resquícios” ou formas arcaicas prestes a serem corroídas pelo tecido urbano (LEFEBVRE, 1999, p.15).

As reflexões realizadas no âmbito da AMAU apontam que a difusão da agroecologia nas metrópoles contribui para uma melhor interação entre espaço natural e social e uma rearticulação do equilíbrio de ecossistemas urbanos, através da conservação dos recursos naturais (água, solo e biodiversidade), da manutenção de áreas permeáveis, da ampliação das áreas verdes, da ciclagem de resíduos, além da diminuição dos riscos potencializados por eventos climáticos extremos. A produção agroecológica nas metrópoles, de modo descentralizado,

pode também alterar a relação da população com o alimento, ampliando a disponibilidade local e o acesso a alimentos saudáveis, favorecendo a relação direta entre consumidoras/es e produtoras/es e uma maior autonomia financeira das/es agricultoras/es familiares. O manejo comunitário de áreas verdes urbanas e metropolitanas pode também trazer novas perspectivas de uso para os espaços públicos e para se re(pensar) a cidade como espaço possível de convivência urbana (ALMEIDA, 2011).

Essas reflexões sugerem novos enfoques contemporâneos para a articulação entre questões urbanas e questões ambientais, ao permitir a mediação entre o nível micro da análise, ligada a aspectos da vida cotidiana, como os padrões de consumo de alimentos, modos de vida saudáveis, a destinação dos resíduos, com as grandes questões ditas urbanas, como o abastecimento de alimentos, a habitação, o saneamento básico (MONTE-MÓR, 1994, p.176).

A demanda pelo uso agrícola do solo urbano e metropolitano pode contribuir nas conexões entre os debates sobre a importância da qualidade de vida nas cidades e sua relação com o valor de uso do espaço urbano e a função social da propriedade. Seguramente outros aspectos devem ser considerados neste cenário, como os conflitos de uso agrícola do solo com outras demandas sociais (moradia e equipamentos coletivos, por exemplo), as diferenças e particularidades das zonas urbanas e zonas rurais dos municípios e principalmente as demandas capitalistas pelo uso do solo, fundamentais na definição do preço da terra urbana e na produção capitalista do espaço urbano.

A manutenção e a ampliação das práticas agroecológicas na RMBH enfrentam fatores desfavoráveis, como o alto valor da terra e dos impostos territoriais; a crescente transformação das áreas rurais em áreas urbanas através dos planos diretores; a pressão sobre o solo urbano para a construção de novas unidades habitacionais; a degradação e contaminação dos recursos naturais (água, terra e ar); a pouca presença de organizações de base e outras institucionalidades relacionadas à agricultura; além das restrições para acessar as políticas públicas existentes de apoio à agricultura familiar (ALMEIDA, 2011).

Na raiz do problema encontramos a instituição da propriedade privada e suas consequências, que determinam quem tem o direito de usar a terra ou os recursos necessários para pagar por este uso e o predomínio do valor de troca em relação ao valor de uso da terra, resultantes da geração de mais-valias fundiárias urbanas no contexto de produção capitalista do espaço urbano. Os movimentos e

fóruns de reforma urbana já denunciam as desigualdades resultantes da mercantilização da terra e apresentam em suas plataformas propostas para a efetivação do direito à cidade e para o cumprimento da função social da propriedade. Entretanto estas plataformas não contemplam explicitamente as demandas e necessidades específicas das práticas agrícolas urbanas e a diversidade de situações onde estas práticas são observadas.

São também ainda pouco exploradas as possibilidades de utilização de instrumentos do planejamento urbano, como o plano diretor e a legislação urbanística com o objetivo de incorporação permanente da atividade agrícola nas cidades. Apesar de ser uma prática muito antiga nas cidades, a relação entre a agricultura urbana e o planejamento urbano ainda é uma novidade.

A destinação de áreas públicas para o cultivo agrícola intra-urbano (por meio da legislação de uso e ocupação de solo) e a promoção de políticas públicas poderia compor um plano de redistribuição dos benefícios da urbanização ampliando o acesso e o uso do solo urbano por segmentos da população que não detém a posse da terra e nem tem recursos para pagar pelo seu uso? Quais seriam os efeitos de amplas políticas de incentivo à produção agrícola em espaços públicos como escolas, creches, centros de saúde, sobras de parcelamento? Que sentidos a ampliação destas políticas agregariam ao valor de uso do solo urbano, ao reconhecimento e fortalecimento das práticas de comunidades quilombolas, terreiros de candomblé, raizeiras e raizeiros, agriculturas/familiares que vivem na RMBH?

Retomando o argumento de Boaventura, “a tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis” (SANTOS, 2008, p.124) e neste sentido, o conhecimento das necessidades e aspirações que surgem a partir das práticas de agricultura urbana e a argumentação sobre sua potencialidade como uma alternativa ao processo hegemônico de urbanização envolve o conhecimento recíproco entre os movimentos e organizações sociais e diferentes abordagens teóricas.

A diversidade cultural e espacial associada às experiências de agricultura urbana da RMBH chama a atenção para a importância de visibilizar a existência de formas de resistência à homogeneidade das tendências da urbanização, às formas e processos que transformam o espaço natural em espaço construído. Reclamam ainda por esforços teóricos que possibilitem conhecer melhor estas

práticas e avaliar suas potencialidades como uma *praxis* espacial, como uma das múltiplas formas possíveis de produção e extensão do tecido urbano.

Neste sentido, a manutenção e ampliação de espaços de diálogo sobre as práticas agroecológicas em regiões metropolitanas pode ser mais um caminho para que organizações sociais e aqueles que se dedicam à produção teórica na RMBH identifiquem novas ligações e possibilidades de ações coletivas conjuntas, que sejam definidos novos enfoques de políticas públicas e que sejam identificadas novas possibilidades de pesquisas comprometidas com a transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura urbana e agroecologia na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: IGC/UFMG/AGB, 2011.

ALMEIDA, Daniela. Agricultura urbana e segurança alimentar: ações e aprendizados da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. In: CARVALHO, S.; KNAUSS P. (org.). *Agricultura Urbana: dimensões e experiências do Brasil atual*. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007, p. 73-89.

BARBOSA, Malba Tahan. Educação ambiental popular: a experiência do Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Taquaril. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; COSTA, Geraldo Magela. Repesando a análise e a práxis urbana: algumas contribuições da teoria do espaço e do pensamento ambiental. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M.B. (org.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 362-382.

COUTINHO, Maura Neves. Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. *Geografias*, v. 13, p. 81-97, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1993.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental'. In: SANTOS, M. et. al. (Orgs.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 169-181.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. A questão urbana e o planejamento urbano-regional n Brasil contemporâneo. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M.B. (org.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 429-226.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (Eds.). *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 61-85.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. *Panorama de la agricultura urbana y periurbana en Brasil y directrizes políticas para su promocion*. Lima/Peru: IPES-Promoción del Desarrollo Sostenible, 2007. Cuadernos de Agricultura Urbana n.4.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. *A dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2008. Relatório de Pesquisa de Pós-doutorado.

UFMG/Pucminas/UEMG. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.